

Demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório do Auditor Independente em 31 de dezembro de 2024



Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	12



Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:

Administradores e Conselheiros do **Hospital São José da Sociedade de São Vicente de Paulo** Ituiutaba - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Hospital São José da Sociedade de São Vicente de Paulo ("Hospital")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Hospital São José da Sociedade de São Vicente de Paulo**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à entidade sem fins lucrativos (ITG 2002 – R1), complementadas pela NBC TG 1000 (R1) e certas políticas contábeis específicas que são requeridas para melhor entendimento e uso das informações financeiras.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a entidade protocolou nº 25000.196417/2024-75 junto aos órgãos responsáveis a documentação referente ao pedido de renovação do CEBAS -_Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social conforme vigência encerrada em 27 de fevereiro de 2025.



Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório de auditoria emitido em 27 de maio de 2024 continha ressalvas relacionadas aos seguintes assuntos:

- Pelo fato de termos sido contratados pelo Hospital São José da Sociedade de São Vicente de Paulo após 31 de dezembro de 2023, não acompanhamos os inventários físicos dos estoques de 31 de dezembro de 2023. Considerando as características de giro rápido dos itens do estoque, também não foi possível nos satisfazer por meios alternativos quanto às quantidades desses estoques naquela data, que estão registrados no balanço patrimonial pelo montante de R\$ 437 mil. Como os estoques iniciais são computados na determinação do resultado e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não nos foi possível determinar se seria necessário efetuar ajustes no resultado do exercício registrado na demonstração do resultado e nos fluxos de caixa de atividades operacionais daquele exercício.
- Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica do ativo imobilizado apresenta o montante de R\$ 22.276 mil e despesas de depreciação no montante de R\$ 1.211 mil, sendo que o Hospital não possui controle patrimonial do custo dos itens registrados nessa rubrica. Adicionalmente, não vem efetuando a revisão da vida útil de seus bens com o propósito de determinar a necessidade ou não de alterá-la para fins de depreciação, conforme determina o CPC 27 Ativo Imobilizado. Em decorrência desses assuntos, não nos foi possível determinar se teria havido a necessidade de efetuar ajustes sobre o imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e dos encargos de depreciação reconhecidos no exercício findo naquela data.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 04 de abril de 2025.

Leonardo Coelho de Almeida Mendes Contador CRC MG-94.028/O-3 "S" MG

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-030.001/O-0

RSM

Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em Reais - centavos omitidos)

ATIVO

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.207.073	3.709.912
Contas a receber	6	45.375.426	25.323.980
Estoques	7	817.032	437.410
Adiantamentos		70.379	127.892
Impostos a recuperar		5.060	5.060
Total do Ativo Circulante	- -	51.474.970	29.604.254
Não Circulante			
Imobilizado	8	22.510.623	22.276.985
Intangível	9	49.504	91.740
Total do Ativo Não Circulante	-	22.560.127	22.368.725
Total do Ativo	=	74.035.097	51.972.979

Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em Reais - centavos omitidos)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	10	752.094	502.682
Empréstimos bancários	11	687.750	1.322.552
Obrigações sociais e trabalhistas	12	2.054.105	1.475.607
Obrigações tributárias	13	146.406	114.904
Repasses diversos	14	2.434.496	2.814.606
Outros passivos circulantes		81.553	247.755
Total do Passivo Circulante		6.156.404	6.478.106
Empréstimos bancários	11	3.450.689	4.183.812
Recursos e subvenções a realizar	15	57.179.459	34.850.672
Obrigações tributárias	13	94.808	151.764
Provisão para contingência	16	222.089	507.970
Repasses diversos	14	50.529	50.529
Total do Passivo Não Circulante	=	60.997.574	39.744.747
Patrimônio Líquido	17		
Patrimônio Social		(4.322.190)	(1.903.436)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		9.866.758	10.072.316
Superávit (Déficit) do exercício		1.336.551	(2.418.754)
Total Patrimônio líquido	-	6.881.119	5.750.126
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	_	74.035.097	51.972.979

Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em reais com centavos omitidos)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receitas dos serviços prestados			
Convênios e subvenções públicas	18.1	22.573.694	18.468.293
Receita convênio SUS	18.2	13.915.584	10.604.825
Convênios particulares	18.3	2.196.799	2.067.122
Receita com doações		368.599	461.293
Outras receitas		977.022	1.005.802
		40.031.698	32.607.335
Dedução da receita		(79.990)	(13.301)
Receita líquida		39.951.708	32.594.034
Custos dos Serviços Prestados	19	(20.500.947)	(18.655.038)
Resultado operacional bruto		19.450.761	13.938.996
Receitas e despesas			
Despesas Administrativas	20	(5.702.865)	(4.388.457)
Despesas com salários e encargos	21	(14.060.019)	(11.081.882)
Despesas tributárias		(18.606)	(77.872)
Despesa com contingência		-	(507.970)
Despesas com doações		(107.109)	(289.042)
Despesa com trabalho voluntário		(453.000)	(586.800)
Isenções previdenciárias usufruídas	24	3.214.356	1.998.134
Gratuidade de assistência médica		19.342	30.427
Receita com trabalho voluntário	23	453.000	586.800
Outras Despesas Operacionais		(648.671)	(608.315)
Total das receitas e despesas		(17.303.572)	(14.924.977)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		2.147.189	(985.981)
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	22	38.855	14.618
Despesas financeiras	22	(849.493)	(1.447.391)
Total do Resultado Financeiro		(810.638)	(1.432.773)
Superávit (Déficit) do Exercício		1.336.551	(2.418.754)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em reais - centavos omitidos)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit (Déficit) do exercício	Total do Patrimônio Social
Em 31 de dezembro de 2022	2.742.213	10.260.743	(4.645.649)	8.357.307
Incorporação ao Patrimônio Social Déficit do Exercício	(4.645.649)		4.645.649 (2.418.754)	- (2.418.754)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		(188.427)	(2.110.701)	(188.427)
Em 31 de dezembro de 2023	(1.903.436)	10.072.316	(2.418.754)	5.750.126
Incorporação ao Patrimônio Social Superávit do Exercício	(2.418.754)	-	2.418.754 1.336.551	- 1.336.551
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(205.558)	-	(205.558)
Em 31 de dezembro de 2024	(4.322.190)	9.866.758	1.336.551	6.881.119

Demonstração do Resultado Abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em reais - centavos omitidos)

	31/12/2024	31/12/2023
Superávit (Déficit) do exercício	1.336.551	(2.418.754)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	1.336.551	(2.418.754)

Demonstração do Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 – Método indireto

(Valores expressos em reais - centavos omitidos)

	31/12/2024	31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do Exercício	1.336.551	(2.418.754)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa		
Depreciações e amortizações	2.294.873	1.057.541
Provisão (Reversão) contingência	(285.881)	507.970
Provisão dos juros de empréstimos	589.098	-
Resultado ajustado	3.934.641	(853.243)
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	(20.051.446)	(21.579.050)
Estoques	(379.622)	277.650
Adiantamentos	57.513	(112.960)
Impostos a recuperar	-	(211)
Aumento (redução) no passivo		, ,
Fornecedores	249.412	(259.147)
Obrigações sociais e trabalhistas	578.498	10.484
Obrigações tributárias	(25.454)	(135.868)
Repasses diversos	(380.110)	69.347
Recursos e subvenções a realizar	22.328.787	21.695.885
Outros passivos circulantes	(166.202)	247.756
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.146.017	(639.357)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de imobilizado e intangível	(2.875.764)	(1.568.435)
Perdas imobilizado	183.931	9.828
CAIXA (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.691.833)	(1.558.607)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captações de empréstimos bancários	534.699	1.781.016
(Pagamentos) de empréstimos bancários	(2.491.722)	-
CAIXA (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE		
FINANCIAMENTOS	(1.957.023)	1.781.016
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.497.161	(416.948)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	3.709.912	4.126.860
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	5.207.073	3.709.912
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.497.161	(416.948)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

1. Contexto Operacional

1.1. Informações Gerais

O Hospital São Jose da Sociedade de São Vicente de Paulo foi fundado em 09 de março de 1971, com CNPJ 21.320.064/0001-40, tem sede na Av. três, número 196, Bairro Centro na cidade de Ituiutaba – MG, conforme estatuto registrado no Cartório de registro de Pessoa Jurídica. É uma organização civil de direito privado de assistência social e de assessoramento em defesa dos direitos dos pobres tem vínculo à Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP). O Hospital São José está vinculado estatutariamente ao Conselho Central de Ituiutaba da SSVP e ao Conselho Metropolitano de Uberaba da SSVP, na forma da Regra da SSVP do Brasil. O Conselho Metropolitano é um órgão orientador e fiscalizador da SSVP e está ligado diretamente ao Conselho Nacional do Brasil, tem área territorial compreendida em parte da região do Alto Paranaíba e Parte do Noroeste, com os Conselhos Centrais, sendo órgão representativo de todas as obras vinculadas a estes conselhos.

Conforme a Portaria 338, em 02 de agosto de 2022 foi deferida a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) do Hospital São Jose da Sociedade de São Vicente de Paulo, pela prestação anual de serviços ao SUS, no percentual mínimo de 60%, com validade pelo período de 28 de fevereiro de 2022 a 27 de fevereiro de 2025. Em 24 de dezembro de 2024 foi incluída nova solicitação de renovação com Protocolo nº 25000.196417/2024-75. O pedido de renovação ainda está em análise.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 04 de abril de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Pequenas e Médias Entidades - PME, em conformidade com a ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis adotadas pela Associação estão divulgadas na nota explicativa nº 03.

2.2. Continuidade operacional

Os diretores têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a **Hospital São José da Sociedade São Vicente de Paulo** possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

A análise de continuidade operacional da Associação está diretamente associada à dependência substancial da operacionalização de sua receita, redução de custos e suporte financeiro do Ministério Público Federal para alocação de recursos frente à manutenção de suas atividades.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Subvenções a receber

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas nas contas de resultado em receitas de serviços prestados (Convênios e Subvenções) quando há razoável segurança de que foram cumpridas pelo Hospital todas as condições estabelecidas pelo doador (Governo ou terceiro) em contrapartida aos repasses de recursos ou concessão de benefícios. Os valores são registrados como receita para confrontar com a despesa que a subvenção ou incentivo governamental teria incorrido ou que pretende compensar em conformidade com a NBC TG 07(R2), que diz respeito à subvenção e assistência governamentais. As receitas decorrentes de doação, contribuição, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceira e outros instrumentos, para aplicação específica, bem como suas respectivas despesas foram registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da Associação.

3.3. Estoques

O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico para formação do valor consumido, acrescido também dos gastos com transporte e impostos incidentes. A Associação realiza procedimento anual de análise da obsolescência dos estoques, bem como realiza controle recorrente da validade dos medicamentos, excluindo-os e baixando-os do estoque, quando necessário, conforme procedimento estabelecido internamente.

A Associação realiza um estudo onde considera os itens que estão vencidos e sem movimentação no estoque nos últimos seis meses (180 dias) depois de receberem tratativa para utilização ou descarte. Com base no histórico de perdas, identificado no estudo, a administração realiza avaliação para identificar a necessidade de provisão para perdas de estoques obsoletos para o próximo exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

3.4. Imobilizado

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção e estão demonstrados já deduzidos da depreciação acumulada e/ou perdas acumulas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado inclui também os gastos diretamente atribuíveis a aquisição dos itens. Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício que ocorreu a transação.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo que os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada balanço, e ajustados se necessário.

3.5. Intangível

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Associação, e que tem vidas úteis finitas, são mensurados pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Tais custos podem ser mensurados com segurança e confiabilidade e resultam de direitos contratuais ou de outros direitos legais. A administração também julga como provável que os benefícios econômicos futuros, esperados e atribuíveis ao ativo, serão gerados em favor da Associação. A associação, na data das demonstrações financeiras, avalia a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros dos ativos classificados como intangíveis, utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representam a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

(ii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo que os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço, e ajustados se necessário.

3.6. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

A Associação apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação entre circulante e não circulante conforme descrito abaixo:

- a. Um ativo é classificado no circulante quando:
- (i) Se espera realizá-lo, se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- (ii) For mantido principalmente para negociação;

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

- (iii) Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- (iv) Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.
- **b.** Um passivo é classificado no circulante quando:
- (i) Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- (ii) For mantido principalmente para negociação;
- (iii) Se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- (iv) Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

3.7. Reconhecimento das receitas

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBC ITG 2002, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Associação.

3.8. Estimativas e julgamentos contábeis

São continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos corresponde à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e constituição de provisão para contingências.

3.9. Apresentação do valor justo do trabalho voluntário

Como previsto no parágrafo 19 da ITG 2002 (R1), o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, sendo apresentado na demonstração do resultado como receita e despesa das atividades.

3.10. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto.

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações operacionais da Associação e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos;
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

4. Instrumentos financeiros

I. Fatores de risco financeiro

A Associação possui exposição para os seguintes riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A Administração da Associação tem a responsabilidade global para o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

A estrutura de gerenciamento de risco da Associação foi estabelecida para identificar e analisar os riscos aos quais a Associação está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. A Associação, através de treinamento e procedimentos de gestão, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

II. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro e da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente dos saldos em instituições financeiras (conta corrente e aplicações financeiras) e das contas a receber.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do exercício é demonstrada como segue:

Descrição	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.207.073	3.709.912
Contas a receber	6	49.488.974	25.323.980
Total		54.696.047	29.033.892

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos mantidos em conta corrente e aplicações financeiras representam a exposição máxima ao risco de crédito desses saldos. Os referidos saldos são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Subvenções a receber

A exposição da Associação a risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais dos colaboradores. Contudo, a Administração considera o histórico do cliente em sua avaliação considerando o risco de não pagamento.

O risco de crédito associado à possibilidade de não realização das contas a receber de clientes correspondente aos créditos de serviços médicos hospitalares é gerenciado, mensalmente, pelos gestores comerciais. É efetuado controle desta carteira e as divergências entre os valores esperados e aqueles recebidos são objeto de análise.

O gerenciamento deste risco envolve, prioritariamente as subvenções a serem recebidas visando garantir a totalidade do recebimento da receita proveniente dos mesmos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

Em 31 de dezembro de 2024, a Associação entendeu não haver necessidade de se constituir provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa é prática da Associação constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na expectativa de perda e inadimplência.

A avaliação do montante de subvenções a receber da Entidade vencidas que não foi objeto de redução do valor recuperável é monitorada constantemente pelos gestores da Associação, com o objetivo de identificar valores que podem vir a se tornar não realizáveis. Nesse caso, será reconhecida uma provisão nos seus respectivos valores.

III. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Associação não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

IV. Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Em relação às aplicações financeiras, a Entidade decorre da possibilidade de sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação busca aplicações financeiras de baixo risco, basicamente títulos de renda fixa.

A Entidade não contabiliza ativo ou passivo financeiro remunerados por taxa de juros fixa. Adicionalmente, A Associação não possui nenhum ativo ou passivo financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

5. Novas normas contábeis

Alterações nas Normas Contábeis IFRS	Data de aplicação obrigatória
Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 (CPC 48) - Alteração na	Períodos anuais iniciados em ou
classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece	
aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos	Aplicação antecipada permitida.
financeiros.	
Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1 (CPC 37 – R1), abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7 (CPC 48), abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9 (CPC 48), abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10 (CPC 36 – R3), abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7 (CPC 03 – R2), abordando aspectos relacionados ao método de custo.	após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

Alterações nas Normas Contábeis IFRS	Data de aplicação obrigatória
Emissão da norma IFRS 18 (CPC 26 – R1) – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, além das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs).	após 1º de janeiro de 2027.
As alterações ao IFRS16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início.	A partir de 1º de janeiro de 2024.
As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor- arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à mensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retro arrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.	

A administração da Associação não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Sociedade em períodos futuros.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Recursos sem restrição		
Caixa	8.383	6.994
Bancos conta corrente de movimento	598.932	534.427
Aplicações financeiras	67	103
Aplicação Doações	2.285	51.499
Aplicações de Prazo Fixo	44.027	44.027
Títulos de Capitalização	-	300.000
Total Recursos sem restrição	653.694	937.050
Recursos com restrição		
Bancos conta corrente de movimento	2.346.432	290.257
Aplicações Financeiras	2.206.947	2.482.605
Total Recursos com restrição	4.553.379	2.772.862
	5.207.073	3.709.912

As aplicações financeiras sem restrição referem-se a aplicações em papeis de renda fixa indexadas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo o acumulado no exercício de 2024 em 10,86%. Esses certificados podem ser resgatados a qualquer momento pela Entidade. As aplicações financeiras com restrição acompanham as taxas do CDI, no entanto, referem-se a valores recebidos provenientes de subvenções que só podem ser usados para projetos específicos conforme contratos vigentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

7. Contas a receber

		2024	2023
Convênios e Subvenções a Receber (a)		25.092.839	23.830.449
Convênios a receber (b)		18.054.985	1.182.904
Contas faturadas SUS – Prefeitura de Ituiutaba (c)		1.779.773	-
Outras Contas a Receber		447.829	310.627
		45.375.426	25.323.980
(a) Convênios e Subvenções a receber		2024	2022
		2024	2023
Subvenção - Convênio Valora Minas	(i)	8.338.028	5.868.802
- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			. ==

	2024	2023
Subvenção - Convênio Valora Minas (i)	8.338.028	5.868.802
Portaria GM/MS n° 1.135/n° 1.355 - Piso de Enfermagem (ii)	3.900.000	4.754.181
Subvenção. Portaria 505-066/2022 (iii	2.159.729	2.538.369
Subvenção Públicas a Receber (iv	2.242.234	2.122.420
Pré Fixada Retaguarda 13/2024 Contrato 310/2023 (v)	4.514.432	-
Subvenção Convênio Opera Mais (vi	1.667.236	-
DRG Otmiza SUS (vi	i) 530.635	-
Subvenção. Conv N°799464 - Reforma Geral (vi	ii) 548.944	548.944
Subvenção. Públicas-Pro URG (vi	ii) 440.000	440.000
Resolução SES/MG 5508 - ProHosp/2016 (vi	ii) 150.000	415.574
Resolução SES/MG n° 8936 - 310/2023 (vi	ii) 140.460	140.460
Subvenção Prefeitura Municipal de Ituiutaba - Custeio	-	4.798.318
Subvenção Públicas Pro-Hosp/18	-	644.171
Emenda Parlam. Fed. André Jan - Investimento 310/2023	-	600.000
Emenda Parlam. Fed. André Jan - Custeio 310/2023	-	274.016
Resolução SES/MG 5514/2016	-	150.000
Subvenção. PM. Cachoeira Dourada	-	112.775
Emenda Impositiva Custeio - Adeilton José-	-	110.000
Emenda Parlam. Miguel Lombardi - Custeio 310/2023	-	100.000
Outros valores a receber	461.141	212.419
	25.092.839	23.830.449

- i. <u>Subvenção Convênio Valora Minas</u>: Refere-se adesão realizada pela Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde do Município de Ituiutaba à política de caráter continuado Módulo Valor em Saúde da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais Valora, visando o financiamento da produção de procedimentos assistenciais e/ou serviços públicos de saúde, elaborado pela SES/MG no âmbito do Sistema Único de Saúde, mediante a definição de indicadores, metas e compromissos, executadas pelo Hospital.
- ii. <u>Portaria GM/MS n° 1.135/n° 1.355 Piso de Enfermagem</u>: Repasse para assistência financeira e complementar da União, destinada ao cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, referente ao exercício de 2023 e 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

- iii. <u>Subvenção. Portaria 505-066/2022</u>: Contratação pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba para a prestação de serviços de saúde ambulatoriais e hospitalares no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG) a serem prestados, visando à garantia da atenção integral à saúde dos usuários.
- iv. <u>Subvenção Públicas a Receber</u>: Referente ao programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicas no SUS, composta pelos serviços de média complexidade, pelo INTEGRASUS, pelo Incentivo de Adesão á Contratualização IAC e outros incentivos repassados regularmente pelo Ministério da Saúde. Repasse mensal condicionado ao desempenho hospitalar, sendo que 50% do valor da parcela vinculado ao cumprimento das metas de qualidade e 50% do valor da parcela, vinculado ao cumprimento das metas quantitativas.
- v. <u>Pré Fixada Retaguarda 13/2024 Contrato 310/2023</u>: Cofinanciamento Municipal destinado a custeio da retaguarda às urgências, baseando em estudo de custos elaborado e aprovado. O município de Ituiutaba realiza o pagamento de incremento do valor pré-fixado global com vistas ao custeio da estrutura assistencial de retaguarda composta pelas clínicas básicas: médica, obstétrica, pediátrica e cirúrgica.
- vi. <u>Subvenção Convênio Opera Mais</u>: Adesão do MUNICÍPIO/SMS às regras previstas na Resolução SES/MG nº 7.224, de 16 de setembro de 2020, nas Resoluções SES/MG nº 7.830, de 05 de novembro de 2021, e alterações, que regulamenta o Módulo Novos Vínculos, Novos Prestadores do Valora Minas, visando à execução de ações e serviços de saúde no âmbito do SUS, mediante a definição de indicadores e metas. O recurso de financiamento estadual complementa os valores contratados para a produção de procedimentos cirúrgicos eletivos hospitalares através do Contrato 310/2023.
- vii. <u>Drog Otimiza SUS</u>: Financiamento da progressão para a terceira onda do Projeto de caráter transitório OtimizaSUS, vinculado ao Módulo Valor em Saúde da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais Valora Minas. Adesão do MUNICÍPIO/SMS ao Projeto de caráter transitório OtimizaSUS, como a organização em dois eixos: utilização da Metodologia de DRG, Grupos de Diagnósticos Relacionados (Diagnosis Related Groups) e subsídio à adesão ao Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC), mediante a definição de indicadores e metas para cumprimento do Hospital São José, como Entidade BENEFICIADA.
- viii. Recursos de incentivos a receber pendentes de recebimentos, porém já executados em exercícios anteriores. A administração do Hospital entende que os valores poderão ser recebidos no exercício de 2025.

(b) Convênios a receber

	_	2024	2023
SUS	(i)	16.914.985	952.610
SUS Oftalmologia.	(ii)	1.080.000	129.086
Outros convênios a receber		60.000	101.208
	_	18.054.985	1.182.904

- i. <u>SUS</u>: Corresponde à contratação de serviços de saúde ambulatoriais e hospitalares no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG) a serem prestados pelo Hospital, visando a garantia da atenção integrada a saúde dos usuários.
- ii. <u>SUS Oftalmologia</u>: O saldo correspondente ao Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS referente aos procedimentos de Alta Complexidade do Fundo MAC, Glaucoma, UTI Tipo II, cirurgias eletivas e aos procedimentos do Fundo de Ações Estratégicas e de Compensação FAEC. O valor será repassado pós-produção, processamento pelos sistemas SIASUS e SIHD.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

(c) Contas faturadas SUS - Prefeitura de Ituiutaba

		31/12/2024	31/12/2023
SUS Ambulatorial e Hospitalar	(i)	1.555.125	-
SUS Oftalmologia.	(ii)	224.648	-
	_	1.779.773	

- i. Corresponde aos valores fixos que são faturados mensalmente conforme metas executadas pela contratação de serviços de saúde ambulatoriais e hospitalares no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG) - Contratualização.
- ii. Refere-se ao saldo faturado mediante a prestação de serviços hospitalares (produção), conforme contrato, do Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS e referese a cirurgias de catarata e pterígio.

A produção SUS pode ser "Pré" ou "Pós" fixada, conforme o Contrato 310/2023. Considera-se Pré-Fixada: Ambulatório, Hospitalar, e "Pós Fixada": Glaucoma, Produção UTI II, Cirurgias eletivas, Cirurgias de Catarata e Pterígio.

7. Estoques

	2024	2023
Material e Medicamentos	606.318	118.822
Material de Lavanderia	16.571	67.833
Gêneros Alimentícios	31.576	130.540
Material de Expediente	21.989	42.878
Mat. Higienização/Limpeza	23.771	31.858
Material de Manutenção	116.807	45.479
	817.032	437.410

A Entidade avalia rotineiramente os seus estoques e não foram verificados indicadores de quaisquer necessidade de constituição de provisões para perdas e ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições à plena utilização dos estoques.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

8. Imobilizado

Apresentamos a seguir a composição dos ativos imobilizados líquidos:

				Saldos I	íquidos
	% Taxas depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2024	2023
Edificações	2%	16.672.117	(5.690.036)	10.982.081	11.315.523
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2%	5.481.651	(740.611)	4.741.040	4.850.672
Moveis e Utensílios	10%	839.004	(592.110)	246.894	329.765
Máquinas e equipamentos	10%	2.388.706	(1.764.292)	624.414	796.867
Aparelhos de Comunicações	10%	35.856	(30.898)	4.958	16.706
Computadores e periféricos	20%	321.283	(167.743)	153.540	127.994
Veículos	20%	91.929	(91.929)	_	-
Doação de Equipamentos	10%	1.038.589	(173.964)	864.625	981.755
Máquinas e equipamentos (Subvenção)	10%	7.560.284	(2.984.660)	4.575.624	3.587.178
Moveis e Utensílios (Subvenção)	10%	372.669	(137.118)	235.551	245.586
Computadores e periféricos (Subvenção)	10%	117.030	(35.134)	81.896	24.939
		34.919.118	(12.408.495)	22.510.623	22.276.985

Movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31/12/2024:

Custo	2023	Adições	Baixas	2024
Edificações	16.672.117	_		16.672.117
Benfeitorias em propriedade de terceiros	5.481.651	-	-	5.481.651
Moveis e Utensílios	838.855	100.487	(100.338)	839.004
Máquinas e equipamentos	3.065.032	194.407	(870.733)	2.388.706
Aparelhos de Comunicações	22.562	13.294	-	35.856
Computadores e periféricos	177.044	144.239	-	321.283
Veículos	91.929	-	-	91.929
Doação de Equipamentos	1.038.589	-	-	1.038.589
Máquinas e equipamentos (Subvenção)	5.357.704	2.288.452	(85.872)	7.560.284
Moveis e Utensílios (Subvenção)	350.800	71.975	(50.106)	372.669
Computadores e periféricos (Subvenção)	54.120	62.910	-	117.030
	33.150.403	2.875.764	(1.107.049)	34.919.118

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

Depreciação	2023	Adições	Baixas	2024
Edificações	(5.356.593)	(333.443)	_	(5.690.036)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(630.979)	(109.632)	-	(740.611)
Moveis e Utensílios	(509.088)	(113.733)	30.711	(592.110)
Máquinas e equipamentos	(2.268.165)	(338.803)	842.676	(1.764.292)
Aparelhos de Comunicações	(5.856)	(25.042)	-	(30.898)
Computadores e periféricos	(49.050)	(118.693)	-	(167.743)
Veículos	(91.929)	-	-	(91.929)
Doação de Equipamentos	(56.834)	(117.130)	-	(173.964)
Máquinas e equipamentos (Subvenção)	(1.770.526)	(1.236.678)	22.544	(2.984.660)
Moveis e Utensílios (Subvenção)	(105.216)	(48.696)	16.794	(137.118)
Computadores e periféricos (Subvenção)	(29.182)	(16.345)	10.393	(35.134)
	(10.873.418)	(2.458.195)	923.118	(12.408.495)
Total	22.276.985	417.569	(183.931)	22.510.623

Movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31/12/2023:

Custo	2022	Adições	Baixas	2023
Edificações	16.672.117	-		16.672.117
Benfeitorias em propriedade de terceiros	5.063.042	418.609	-	5.481.651
Moveis e Utensílios	828.325	15.765	(5.235)	838.855
Máquinas e equipamentos	3.034.105	38.677	(7.750)	3.065.032
Aparelhos de Comunicações	30.908	149	(8.495)	22.562
Computadores e periféricos	174.068	2.976	-	177.044
Veículos	91.929	-	-	91.929
Doação de Equipamentos	-	1.038.589	-	1.038.589
Máquinas e equipamentos (Subvenção)	5.304.034	53.670	-	5.357.704
Moveis e Utensílios (Subvenção)	350.800	-	-	350.800
Computadores e periféricos (Subvenção)	54.120	-	-	54.120
•	31.603.448	1.568.435	(21.480)	33.150.403
•				
Depreciação	2022	Adições	Baixas	2023
Edificações	(4.954.632)	(401.961)		(5.356.593)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	-	(630.979)	-	(630.979)
Moveis e Utensílios	(432.400)	(81.179)	4.491	(509.088)
Máquinas e equipamentos	(1.995.520)	(277.729)	5.084	(2.268.165)
Aparelhos de Comunicações	(4.990)	(2.944)	2.078	(5.856)
Computadores e periféricos	(26.251)	(22.799)	-	(49.050)
Veículos	(91.929)	-	-	(91.929)
Doação de Equipamentos	-	(56.834)	-	(56.834)
Máquinas e equipamentos (Subvenção)	(1.239.339)	(531.187)	-	(1.770.526)
Moveis e Utensílios (Subvenção)	(70.136)	(35.080)	-	(105.216)
Computadores e periféricos (Subvenção)	(21.967)	(7.215)	-	(29.182)
	(8.837.164)	(2.047.907)	11.653	(10.873.418)
Total	22.766.284	(479.472)	(9.827)	22.276.985

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

9. Intangível

				Saldos líq	uidos
Descrição da conta	% Taxa anual de amortização	Custos	Amortização acumulada	2024	2023
Direito de Uso de Software	20%	83.263	(77.952)	5.311	21.964
Licença Microsoft Office/Win	20%	127.915	(83.722)	44.193	69.776
		211.178	(161.674)	49.504	91.740

Movimentação do intangível para o exercício findo em 31/12/2024:

Descrição da conta	2023	Adições	Baixas	2024
Direito de Uso de Software	83.263	<u>-</u>	_	83.263
Licença Microsoft Office/Win	127.915	-	-	127.915
	211.178	_	-	211.178
Descrição da conta	2023	Adições	Baixas	2024
Direito de Uso de Software	(61.299)	(16.653)		(77.952)
Licença Microsoft Office/Win	(58.139)	(25.583)		(83.722)
	(119.438)	(42.236)		(161.674)
Total	91.740	(42.236)	<u> </u>	49.504

Movimentação do intangível para o exercício findo em 31/12/2023:

Descrição da conta	2022	Adições	Baixas	2023
Direito de Uso de Software	83.263	_	-	83.263
Licença Microsoft Office/Win	127.915	-	-	127.915
	211.178	-	-	211.178
Descrição da conta	2022	Adições	Baixas	2023
Direito de Uso de Software	(47.422)	(13.877)		(61.299)
Licença Microsoft Office/Win	(37.419)	(20.720)		(58.139)
	(84.841)	(34.597)	-	(119.438)
Total	126.337	(34.597)	<u> </u>	91.740

10. Fornecedores

Os saldos registrados nesta rubrica são provenientes de aquisições de materiais médicos hospitalares, medicamentos e demais produtos e serviços necessários a manutenção da atividade do hospital.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

11. Empréstimos bancários

Os empréstimos são captados, substancialmente, para utilização como capital de giro e as taxas de juros seguem as práticas de mercado e foram oferecidos avais em garantia.

						2024
Instituição Financeira	Modalidade	Taxa de juros	Vencimento	Circulante	Não circulante	Total
Banco Bradesco S/A	Capital de giro	1,50% a.a.	2030	687.750	3.450.689	4.138.439
				687.750	3.450.689	4.138.439
						2023
Instituição Financeira	Modalidade	Taxa de juros	Vencimento	Circulante	Não circulante	Total
Banco Bradesco S/A	Capital de giro	1,50% a.a.	2030	687.750	4.183.812	4.871.562
Banco Itaú S/A	Conta garantida	2,50% a.m	=	371.698	=	371.698
Banco Bradesco S/A	Conta garantida	2,52% a.m.	-	263.104	-	263.104
				1.322.552	4.183.812	5.506.364

Os empréstimos e financiamentos contraídos pela Entidade estão relacionados a capital de giro e conta garantida.

- (a) Os valores de capital de giro possuem juros de 1,5% a.a.
- (b) Os valores de conta garantida possuem taxa de juros que variam entre 2,50% a 2,52% a.a.

Os prazos dos vencimentos estão entre 2025 e 2030.

Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos não divergem significativamente dos valores contábeis desses, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

Covenants

Os empréstimos captados pela Entidade não possuem cláusulas restritivas em contratos caso de ocorrer inadimplência de parcelas, protestos de títulos ou ações judiciais que coloquem em risco o cumprimento de suas obrigações, recuperação judicial ou falência, descredenciamento junto ao Sistema Único de Saúde ou ausência de quitação de débitos fiscais, trabalhistas e previdenciários.

12. Obrigações sociais e trabalhistas

O passivo trabalhista refere-se ao compromisso assumido para com os colaboradores, como segue:

	2024	2023
Salários	533.579	479.840
Contribuição sindical	11.899	14.361
FGTS	124.341	99.060
INSS	63.315	71.227
Provisão de Férias	1.277.229	789.190
Outros	43.742	21.929
	2.054.105	1.475.607

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

13. Obrigações tributárias

Circulante	2024	2023
IRRF - Salários	48.489	44.157
IRRF - Serviços Profissionais	14.697	11.176
ISS a Recolher	34.682	22.048
Retenção CSLL/PIS/COFINS	48.538	32.022
Outras obrigações tributárias	-	5.501
Total de obrigações tributarias	146.406	114.904
Não Circulante		
Parcelamento - INSS	94.808	151.764

14. Repasses diversos

	2024	2023
Circulante		
Produtividade Médica	864.763	962.714
Conselho Central de Ituiutaba	810.042	770.976
Vision Center Ltda.	715.528	1.072.923
Conselho Metropolitano de Uberaba	50.529	50.529
Outros repasses a realizar	44.163	7.993
	2.485.025	2.865.135
Circulante	2.434.496	2.814.606
Não circulante	50.529	50.529

15. Recursos e Subvenções a Realizar

As subvenções a realizar referem-se às verbas de custeio e investimento, com saldos apresentados conforme abaixo:

	2024	2023
Custeio		
Convênio 310/2023	38.318.177	-
Convênio Valora Minas	2.121.351	5.897.120
Portaria GM/MS n° 1.135/n° 1.355 - Piso de Enfermagem	1.126.693	4.860.887
DRG OTIMIZA SUS	860.018	-
Emenda Parlamentar Dep. Zé Vitor	700.010	-
Emenda Parlamentar Deputado Estadual Raul Bel	500.000	-
Emenda Parlamentar Deputado Mauricio do Vol	500.000	-
Conv. 06/2020 André Janones	478.614	500.492
Emenda Parlamentar Fed. André Janones	464.822	600.000
Emenda Parlamentar Elismar Prado	387.629	-
Subvenções e Convênios a realizar	353.950	2.122.420
Res. SES/MG 7874 Conv. 11/2022	309.510	1.738.750
Pré Fixada Retaguarda 13/2024 Contr. 310/2023	250.234	-
Emenda Parlamentar Sarg. Rodrigues-Resol.SES 9.478	200.000	-
Portaria 505-066/2022	175.691	2.645.654
Prefeitura Municipal de Ituiutaba	-	4.977.678
Custeio - Outros	1.233.508	3.191.441
	47.980.207	26.534.442

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

Investimento	2024	2023
Reforma HSJ N°799464/13	4.452.903	4.552.269
Res. SES/MG 7874 Conv. 11/2022 - Equipamento	1.510.741	-
Doação de Equipamentos Termo nº 4371	864.625	981.755
Ministério da Saúde- Conv. 904820/20	499.208	581.983
Ministério da Saúde - Conv. 851994/2017	383.994	472.308
Investimento - Recepção - Centro Cirúrgico	288.136	298.403
Ministério da Saúde - Conv. 900606/20	264.480	467.687
Ministério da Saúde - Conv. 814928/14	179.580	205.577
Ministério da Saúde - Conv. 912509/21	147.809	205.893
Ministério da Saúde - Conv. 878872/18	136.349	162.172
Ministério da Saúde - Conv. 835341/16	103.781	129.879
Outros recursos para investimentos	367.646	258.304
Total investimento	9.199.252	8.316.230
Total	57.179.459	34.850.672

As subvenções governamentais são reconhecidas como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições da Norma Contábil NBC TG 07 e não são creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é realizada em conta específica do passivo" (Item 15A, NBC TG 07 R2).

16. Provisão para contingência

O Hospital é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela Administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos, e leva em consideração: (i) histórico da perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada processo. Com base nessa avaliação, a Administração constituiu provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável a perda, no montante de R\$ 222.089 para o exercício de 2024 e R\$ 507.970 em 2023.

Movimentação de provisões prováveis:

	2023	Adições	Reversão	2024
Ações Prováveis	507.970	-	(285.881)	222.089
Total	507.970	-	(285.881)	222.089

O Hospital figura como parte em processos, não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos seus assessores legais, em 31 de dezembro de 2024, é de perda possível no valor de R\$ 1.158.189 (2023 – R\$ 196.812) e estão representados por:

	2024	2023
Processos Trabalhistas	120.000	-
Processos Cíveis	1.038.189	196.812
	1.158.189	196.812

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

17. Patrimônio líquido

Patrimônio Social

Em consonância com o artigo 14 do Código Tributário Nacional, a entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título e aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais

Assim, o *Superávit* ou *Déficit* em cada exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social ou por ele absorvido. Portanto, o patrimônio líquido é representado pelo patrimônio social inicial da Entidade acrescido dos *superávits* ou *déficits* apurados anualmente, desde a data de sua constituição.

18. Receita dos serviços prestados

Vide composição a seguir, das receitas operacionais auferidas no exercício findo em 31/12/2024:

18.1 Convênios e subvenções públicas

	2024	2023
Convênio Valora Minas	5.085.284	6.608.564
Pré Fixada Retaguarda 13/2024 Contr. 310/2023	4.280.159	-
Portaria GM/MS n° 1.135/n° 1.355 - Piso de Enfermagem	2.836.730	1.058.418
Portaria 505- 066/2022	2.096.741	2.444.429
Convenio Opera Mais	1.841.232	746.492
IAC Incentivo a Contratualização	1.826.627	1.927.663
SES/MG Prohosp 2018/2019 -	997.890	23.149
Prefeitura Municipal Cachoeira Dourada	616.625	302.922
Convênio 762708/11 - Máquinas e Equipamentos	498.011	-
Prefeitura Municipal de Gurinhatã	243.341	102.693
Prefeitura Municipal de Ituiutaba	179.371	2.459.967
Prefeitura Municipal de Capinópolis	143.999	292.458
Convênio 04/2022 - Emenda Dep. André Janones – Custeio	74.826	402.815
Portaria GM/MS N°96/N°443	4.152	994.760
Outros convênios e subvenções	1.848.706	1.103.963
	22.573.694	18.468.293

18.2 Receita convênio SUS

	2024	2023
SUS Cirurgias Eletivas c/ Incremento	3.330.782	2.352.407
SUS Hospitalar MC	1.842.674	2.659.081
SUS UTI MC	4.225.939	3.385.924
SUS Ambulatório FAEC Oftalmologia	2.900.708	1.884.080
SUS Ambulatório MC	1.211.864	323.333
SUS Exames de Raio X	403.617	-
	13.915.584	10.604.825

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

18.3 Convênios particulares

	2024	2023
Ambulatório	147.047	210.195
Internações	852.128	559.869
Unimed - Ambulatório e Internações	744.137	739.955
Hapvida Assistência Médica S.A.	302.942	249.606
Rede Med Cartão Desconto	47.403	67.602
IPSENG - Ambulatório - Internação	103.142	239.895
	2.196.799	2.067.122

De acordo com a Norma Contábil NBC TG 07, as receitas de Subvenções são aplicadas de acordo com seu plano de trabalho e posteriormente é realizada a prestação de contas, obedecendo os critérios estabelecidos nos convênios. Os recebimentos dos referidos recursos são contabilizados em conta vinculada do Ativo e como contrapartida do Passivo e somente ocorre o reconhecimento da receita, quando os recursos forem de fato aplicados às atividades operacionais da entidade.

Os recursos da entidade, foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

19. Custos dos Serviços Prestados

	2024	2023
SADT - Serviço Apoio Diagnóstico e Terapêutico	(626.469)	(549.198)
Serviços de Apoio Empresa de Saúde	(19.020)	(309.492)
Serviços de Hemodiálise	(18.782)	(130.771)
Serviços Médicos Vision	(3.627.590)	(2.384.734)
Plantões Médicos	(8.261.075)	(8.275.366)
Produtividade Médica	(3.153.823)	(2.253.920)
Material e Medicamentos	(2.740.233)	(2.923.655)
Gêneros Alimentícios	(364.855)	(252.541)
Materiais de Lavanderia	(94.352)	(132.736)
Material de Expediente	(138.609)	(54.489)
Material de Manutenção	(6.886)	(3.240)
Material Higienização/Limpeza	(86.573)	(168.125)
Depreciações	(1.400.293)	(1.211.371)
Serviços Médicos ICP	-	(5.400)
Cancelamentos e devoluções	37.613	-
	(20.500.947)	(18.655.038)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

20. Despesas Administrativas

	2024	2023
Energia elétrica	(726.418)	(807.018)
Despesas com manutenção em geral	(600.710)	(747.413)
Serviços prestados por terceiros	(492.307)	(253.198)
Coleta de resíduos	(57.604)	(58.297)
Despesas com água e esgoto	(64.246)	(52.197)
Despesas com aluguéis	(131.792)	(83.723)
Despesas com viagens	(25.975)	(8.363)
Despesas comerciais	(46.460)	(2.456)
Despesas judiciais	-	(5.387)
Livraria e papelaria	(10.115)	(14.756)
Telefone e internet	(37.338)	(13.206)
Outros Gastos Gerais Administrativos	(276.202)	(313.882)
	(2.469.167)	(2.359.896)
Isenções previdenciárias usufruídas	(3.214.356)	(1.998.134)
Gratuidade de assistência médica	(19.342)	(30.427)
Trabalho voluntário	(453.000)	(586.800)
	(3.686.698)	(2.615.361)
Total despesas administrativas	(6.155.865)	(4.975.257)

21. Despesas com salários e encargos

	2024	2023
Salários e ordenados	(9.976.462)	(7.891.077)
FGTS	(1.082.900)	(872.815)
Férias	(1.258.942)	(718.747)
13º Salário	(681.405)	(620.132)
Vale alimentação	(781.416)	(628.330)
Rescisão	(147.862)	(220.255)
Formação, capacitação e treinamento	(946)	(21.637)
Outras obrigações salariais	(130.086)	(108.889)
	(14.060.019)	(11.081.882)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

22. Resultado financeiro líquido

Vide composição a seguir, do resultado financeiro auferido e (incorrido), respectivamente para o exercício findo em 31/12/2024:

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receita com aplicação financeira	27.859	14.600
Descontos Obtidos	4.469	18
Juros	995	-
Reajuste Monetário/Juros Poupança	5.532	-
Total das receitas financeiras	38.855	14.618
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos	(589.098)	(1.196.213)
Despesas bancárias	(61.408)	(47.457)
Multas e Juros passivos	(36)	(54.630)
Encargos de parcelamentos	(45.161)	(40.707)
Outras despesas financeiras	(153.790)	(108.384)
Total das despesas financeiras	(849.493)	(1.447.391)
Total do resultado financeiro líquido	(810.638)	(1.432.773)

23. Receita com trabalho voluntário

Em atendimento à Resolução CFC, de 21 de setembro de 2012 que aprova a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela entidade. O registro dos montantes foi contabilizado em 2023 nas rubricas de receita e despesa e não altera o *superávit/déficit* do exercício.

24. Isenções previdenciárias usufruídas

Em atendimento a Lei Complementar 187/2021, artigo 4º, e a Resolução CFC n.º 1.409/12, item 27, c, a Entidade fez jus e evidências as isenções usufruídas, objeto da renúncia fiscal, como se a obrigação devida fosse. Sem prejuízo das informações econômicas divulgadas nas demonstrações financeiras, a entidade controla em contas patrimoniais as isenções para melhor evidência contábil.

Os valores das isenções usufruídas estão assim apresentados:

	2024	2023
Cota Patronal INSS + SAT + Terceiros	3.100.241	1.930.281
PIS – Folha de Pagamento	114.115	67.853
	3.214.356	1.998.134

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais – centavos omitidos)

Imunidade Tributária

O Hospital São José da Sociedade São Vicente de Paulo é uma entidade beneficente e filantrópica, que goza da imunidade aos Impostos nos termos do artigo 150, VI, "c" da CF/88, bem como da imunidade às Contribuições para a seguridade social disposta no artigo 195, §7º da CF/88. Para tanto a instituição cumpre integralmente com os requisitos para o gozo da imunidade previstos no artigo 14 do Código Tributário Nacional, bem como cumpre com os procedimentos da Lei Complementar 187/2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.

25. Número de atendimentos detalhado por convênio durante o exercício de 2024

CONVÊNIOS ATENDIDOS	NÚMERO DE ATENDIMENTOS NO ANO DE 2024			
CONVENIOS ATENDIDOS	INTERNAÇÕES	%	AMBULATÓRIOS	%
SUS	5.351	87,82%	16.818	85,97%
FUNCIONÁRIOS - CORTESIA	0	0,00%	266	1,36%
PARTICULAR	232	3,81%	755	3,86%
UNIMED	329	5,40%	740	3,78%
SÃO FRANCISCO	13	0,21%	30	0,15%
PREF. MUN. CACH. DOURADA	21	0,34%	667	3,41%
PREF. MUN. CAPINÓPOLIS	38	0,62%	30	0,15%
PREF. MUN. GURINHATA	51	0,84%	71	0,36%
PREF. MUN. IPIAÇU	25	0,41%	127	0,65%
IPSEMG	9	0,15%	29	0,15%
REDE MED	24	0,39%	14	0,07%
BIORIM	0	0,00%	16	0,08%
TOTAL POR CONVÊNIO	6.093	100,00%	19.563	100,00%
TOTAL ATENDIMENTOS	25.656			

26. Cobertura de seguros (não auditado)

A Associação adota uma política de seguros que consideram, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Informações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

27. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos após 31 de dezembro de 2024 que pudessem impactar as demonstrações financeiras de forma relevante.